



GEDES

Grupo de Estudos de Defesa e
Segurança Internacional

OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

INFORME BRASIL Nº 39/2022

Período: 22/10/2021 - 28/10/2022

GEDES – UNESP/UNIFESP

- 1- Forças Armadas nas eleições I: Bolsonaro afirmou antes do segundo turno que Forças Armadas descartaram selo de credibilidade às urnas eletrônicas
- 2- Forças Armadas nas eleições II: periódico apontou tentativa de Bolsonaro de tentar usar as Forças Armadas para ameaçar golpe
- 3- Forças Armadas nas eleições III: TCU volta a cobrar Defesa por relatório de fiscalização das urnas
- 4- Forças Armadas nas eleições IV: Defesa encaminha sugestões de melhorias ao TSE pouco antes do segundo turno
- 5- Comandante da Aeronáutica publica coluna opinativa em comemoração aos 81 anos da Força
- 6- Proposta da Economia para congelar o salário mínimo foi colocada em prática durante a ditadura militar
- 7- Exército abriu processo administrativo contra ex-deputado por irregularidade em porte de arma

1- Forças Armadas nas eleições I: Bolsonaro afirmou antes do segundo turno que Forças Armadas descartaram selo de credibilidade às urnas eletrônicas

Os jornais *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* reportaram que o presidente Jair Bolsonaro voltou a atacar as urnas eletrônicas utilizando as Forças Armadas. Em uma entrevista para o youtuber americano Ben Shapiro, Bolsonaro afirmou que as Forças Armadas sustentam que “é impossível dar um selo de credibilidade” ao sistema de votação, devido às “muitas vulnerabilidades”. Segundo o presidente: “Temos uma eleição pela frente e o que nos traz certa confiança é que as Forças Armadas foram convidadas a integrar uma comissão de transparência eleitoral. E têm feito um papel atuante e muito bom nesse sentido. Contudo, eles me dizem que é impossível dar um selo de credibilidade, tendo em vista ainda as muitas vulnerabilidades que o sistema apresenta”. A *Folha* apontou, entretanto, que os militares nunca fizeram tal afirmação e que preveem para o começo de janeiro uma última etapa da fiscalização que realizam do sistema eleitoral. Em editorial, a *Folha* criticou o atraso das Forças Armadas em entregar o relatório de auditoria o primeiro turno, ocorrido em 02/10/2022, e destacou que, ao manter silêncio sobre as urnas, os militares estão ajudando Bolsonaro a semear confusão. Questionado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o ministro da Defesa, Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, alegou não ter condições de apresentar nem

mesmo um relatório parcial, com conclusões preliminares, e disse que só será possível fazê-lo após o segundo turno. Segundo o periódico, caso fosse a intenção garantir a segurança das urnas e tranquilizar a população, bastaria apenas divulgar o resultado dos trabalhos feitos no primeiro turno, deixando claro que não encontraram nenhum indício de irregularidade, como parece evidente. Em coluna opinativa para a *Folha*, o jornalista Elio Gaspari criticou o posicionamento dos militares quanto à fiscalização do pleito e avaliou que a publicação tardia das conclusões “equivale a deixar a divulgação das análises do VAR durante uma partida de futebol para a manhã seguinte ao jogo”. (Correio Braziliense - Política - 26/10/22; Correio Braziliense - Política - 27/10/22; Folha de S. Paulo – Colunas e blogs – 23/10/22; Folha de S. Paulo - Política - 26/10/22; O Estado de S. Paulo – Política - 26/10/22)

2- Forças Armadas nas eleições II: periódico apontou tentativa de Bolsonaro de tentar usar as Forças Armadas para ameaçar golpe

Em editorial, o periódico *O Estado de S. Paulo* comentou a denúncia do candidato à reeleição para a presidência da República, Jair Bolsonaro, de que emissoras de rádio não veicularam inserções publicitárias de sua campanha. Segundo o periódico, a denúncia foi arquivada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) por falta de provas, mas a reação do presidente revelou seu espírito golpista e antirrepublicano: convocou uma reunião de emergência no Palácio da Alvorada com aliados políticos e com os comandantes do Exército, da Marinha e da Aeronáutica. O periódico considerou que “é óbvio que Bolsonaro só chamou os comandantes das três Forças para ameaçar a Nação”. Já os chefes militares foram à reunião, no entendimento do periódico, “porque foram convocados pelo comandante supremo das Forças Armadas, e não porque estejam alinhados ao golpismo”. O periódico considerou ainda que se trata de uma tentativa de tumultuar a eleição, constituindo crime eleitoral que deve ser apurado. (O Estado de S. Paulo - Política - 28/10/22)

3- Forças Armadas nas eleições III: TCU volta a cobrar Defesa por relatório de fiscalização das urnas

Segundo o periódico *Correio Braziliense*, o Tribunal de Contas da União (TCU) cobrou que o Ministério da Defesa informe sobre a fiscalização inédita realizada nas urnas. A pasta desatendeu uma decisão do presidente do TCU, ministro Bruno Dantas, que solicitava o envio dos dados relativos ao primeiro turno, conforme novo ofício enviado à Defesa. A quatro dias do segundo turno, Dantas emitiu novamente o pedido de envio dos dados. Frente ao silêncio dos militares, o Ministério Público junto ao TCU solicitou a divulgação do resultado, mesmo que parcial, dos trabalhos de fiscalização ou auditoria elaborados pela equipe das Forças Armadas nas eleições. Segundo o *Correio*, após o primeiro turno, o TCU e o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) garantiram que os testes nas urnas eletrônicas confirmaram que os votos digitados foram incluídos corretamente nos equipamentos. Em consonância com o posicionamento do atual presidente Jair Bolsonaro (PL), os militares não forneceram transparência a nenhum dado tocante às atividades de fiscalização. O *Correio* reforçou que o Ministério da Defesa declarou que não existe nenhum relatório pronto e que não entregou

documentos a nenhum dos candidatos a presidente da República. (Correio Braziliense - Política - 27/10/22)

4- Forças Armadas nas eleições IV: Defesa encaminha sugestões de melhorias ao TSE pouco antes do segundo turno

Segundo o periódico *Folha de S. Paulo*, faltando menos de uma semana para o segundo turno, o Ministério da Defesa e a Controladoria-Geral da União (CGU) encaminharam sugestões de “oportunidades de melhoria” ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para a fiscalização do pleito de 30/10/2022. A principal adversidade levantada pelas duas pastas foi a baixa adesão por parte dos eleitores ao projeto-piloto do teste de integridade com biometria. Em resposta, o presidente do TSE, Alexandre de Moraes, declarou que só irá analisar as sugestões quando a Defesa e a CGU enviarem o relatório final da fiscalização da eleição. Segundo a *Folha*, entre as sugestões ao TSE, o Ministério da Defesa recomendou que para melhorar o projeto-piloto do teste de integridade com biometria no segundo turno, seria importante aumentar o número de participantes. Em consonância com a Defesa, a CGU afirmou ao TSE que apenas uma pequena parcela dos eleitores foi abordada para participar do teste, que mereceria maior divulgação. Julio Valente, secretário de Tecnologia de Informação do TSE, argumentou que não é possível garantir a participação de 82% do eleitorado, como havia sido sugerido pela Defesa, visto que o projeto-piloto do teste de integridade é voluntário. Valente ainda ressaltou o sucesso do teste, apontando que não houve nenhuma discrepância. A *Folha* lembrou que desde o fim do primeiro turno, em 02/10/2022, as Forças Armadas se negam a entregar os documentos sobre as etapas de fiscalização que compreendem a checagem dos boletins de urnas e acompanhamento do teste de integridade. Para a Defesa, o relatório final deve se tornar público somente quando as oito etapas previstas no plano de trabalho das Forças Armadas forem concluídas, com previsão para 05/01/2023. Segundo a *Folha*, os militares não encontraram nenhum problema que pudesse prejudicar o resultado do pleito. Foram identificadas apenas pequenas falhas, especialmente no teste de integridade, os problemas, segundo os relatos, foram mínimos e poderiam se transformar apenas em recomendações de aperfeiçoamento ao TSE. De acordo com o relato dos militares que acompanharam o processo, existiram casos em que as urnas foram desbloqueadas após o representante da Justiça Federal colocar três vezes o dedo no leitor, quando o correto seria liberar após quatro contatos. Além disso, diagnosticaram que o TSE demorou mais que o esperado para tornar disponíveis os boletins de urnas na internet, o que levou ao atraso da análise dos dados no dia do primeiro turno. Neste ano, 641 urnas foram submetidas ao teste, e segundo os resultados obtidos e divulgados pelo TSE no último dia 06/10/2022, a auditoria não encontrou nenhuma divergência e confirmou a lisura das eleições. (Folha de S. Paulo - Política - 27/10/22)

5- Comandante da Aeronáutica publica coluna opinativa em comemoração aos 81 anos da Força

Para comemorar os 81 anos da Força Aérea Brasileira (FAB), o comandante da Força, tenente-brigadeiro do ar Carlos de Almeida Baptista Junior, publicou no periódico *Correio Braziliense* uma coluna opinativa afirmando que as Forças

Armadas passaram por uma grande evolução durante esses anos, cumprindo a missão de assegurar a soberania do espaço aéreo brasileiro. Baptista Junior exaltou o trabalho da FAB e sua importância para o país, declarando que se trata de “uma Instituição constantemente renovada, destacadamente operacional e sempre a serviço da sociedade”. (Correio Braziliense - Opinião - 24/10/22)

6- Proposta da Economia para congelar o salário mínimo foi colocada em prática durante a ditadura militar

Segundo o periódico *Folha de S. Paulo*, um estudo do governo de Jair Bolsonaro avaliou um pacote de mudanças que alteraria a correção do salário mínimo pelo índice nacional de preços ao consumidor (INPC), substituindo-o pela expectativa ou pela meta de inflação. A *Folha* relembrou que tal proposta do ministro da Economia, Paulo Guedes, já foi aventada durante a ditadura militar (1964-1985), mas sem sucesso. Segundo o periódico, a política salarial do presidente Humberto de Alencar Castello Branco (1964-1967) foi extremamente criticada por usar de um modelo que diminuía o poder aquisitivo dos trabalhadores, resultando em uma revisão da lei salarial de 1968. (Folha de S. Paulo - Mercado - 24/10/22)

7- Exército abriu processo administrativo contra ex-deputado por irregularidade em porte de arma

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, o Exército iniciou um processo administrativo contra o ex-deputado Roberto Jefferson em razão das irregularidades identificadas no dia 23/10/2022, quando o ex-deputado resistiu à ordem de prisão, atirou usando um fuzil e duas granadas contra agentes da Polícia Federal. Segundo a *Folha*, o registro de caçador, atirador e colecionador (CAC) de Jefferson está suspenso e, mesmo se estivesse regular, o ex-deputado não poderia ter armamento no Rio de Janeiro, pois o endereço informado em seu registro é de Brasília, capital federal. (Folha de S. Paulo – Política – 25/10/22)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

*Informamos que o conteúdo na íntegra dos jornais Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe

Coordenação

Héctor Luis Saint-Pierre (IPPRI/UNESP)

Juliana de Paula Bigatão (UNIFESP/Eppen-Osasco)

Marina Gisela Vitelli (UFRRJ)

Supervisão

Heed Mariano Silva Pereira

Ismara Izepe de Souza

Laura Meneghim Donadelli

Leonardo Pontes Vinhó

Equipe redação UNESP/Franca

Abrahão Henrique Alves de Lima (bolsista COPE)

Alice Tomazzetti da Silveira

Gabriela Lopes Ferreira

Leticia Beneves (bolsista CNPq)

Yuugo Gushiken

Equipe redação UNIFESP/Eppen-Osasco

Beatriz Grasiano Campos

Davi Campos Matos (bolsista PIBEX)

Débora Cruz Silva

Giovani Nunes de Aguiar

Grazielly Dourado Santos

Marcela Furlan de Cena

Rodrigo Freitas de Souza

Thalia Cristina Vieira Lima